

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.718 - MG (2019/0291342-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : C A DA S S R - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : I DA S L (MENOR)
ADVOGADO : JONAIR CORDEIRO SILVA - MG0093449
RECORRIDO : ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A
ADVOGADOS : GABRIELA MASCARENHAS FIUZA E OUTRO(S) - MG126906
JOSE CUSTODIO PIRES RAMOS NETO - MG150225

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por C A DA S S R - POR SI E REPRESENTANDO, fundamentado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - ACORDO HOMOLOGADO - ALVARÁ JUDICIAL - LIBERAÇÃO DO DEPÓSITO DA CONDENAÇÃO - VALOR DESTINADO AO MENOR - MANUTENÇÃO DE DEPÓSITO EM SEU NOME ATÉ A MAIORIDADE OU COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE ESPECÍFICA - LIBERAÇÃO AO GENITOR - IMPOSSIBILIDADE - Os pais detêm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade, não podendo, contudo, aliená-los sem prévia demonstração da necessidade ou interesse do menor, mediante autorização judicial. Ausente a comprovação da necessidade de liberação dos valores destinados ao menor, torna-se impossível a liberação de alvará correspondente à sua quantia depositada em juízo, devendo se manter sob guarda do juízo até sua maioridade.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação do artigo 1.689 do Código Civil/2002. Sustenta, em síntese, que, em razão do passamento do genitor da menor, a genitora, detentora do poder familiar, pode levantar, em benefício daquela, a quantia relativa à transação firmada entre as partes.

O Subprocurador-Geral da República manifestou-se pelo provimento do recurso especial (fls. 368-371).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos

recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Trata-se de ação de cobrança de seguro de vida no valor de R\$ 100.000,00, através da qual as autoras, ora recorrentes, pleiteiam o recebimento do devido pela ré, ora recorrida, em virtude da morte do segurado, herdeiras de Wallace Marcos Lidorino, falecido em 09/08/2012 na empresa Montplam Engenharia Ltda (empregadora), julgada procedente.

Na sequência, foi homologado o acordo celebrado entre as partes (27/08/2018), determinando-se a expedição e alvará para levantamento dos valores depositados pela seguradora.

Em 30/08/2018, os autos foram promovidos à consideração do Juiz *a quo*, considerando que uma das autoras é menor de idade (nascida em 17/03/2008), e o magistrado suspendeu a expedição de alvará do valor principal, até a verificação da quota parte que cabe a cada uma delas, ao fundamento de que *"tendo em vista que a quantia referente à menor deverá permanecer depositada em conta judicial remunerada, liberando a expedição do alvará somente do valor referente aos honorários advocatícios"* (fl. 300).

Inconformadas, as insurgentes manejaram Agravo de Instrumento ao TJMG, sendo que a Corte local manteve a decisão de Primeiro Grau, decidindo a controvérsia nos seguintes termos (fls. 302-303):

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por C.A.S.S. Por sie representando sua filha menor I.S.L., contra decisão de ordem 07, proferida na AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA, movida em face de Z.M .B.S. S/A, que suspendeu a expedição de alvará do valor principal, devido às agravantes, até a verificação da quota parte que cabe a cada uma delas, tendo em vista que a quantia referente à menor deverá permanecer depôs itada em uma conta judicial remunerada, liberando a expedição do alvará somente do valor referente aos honorários advocatícios.

[...]

Cuida-se de examinar a pretensão recursal de liberação, em benefício da menor I. S. L., devidamente representado por sua genitora, do valor relativo ao acordo homologado entre as partes. É fato, nos termos do artigo 1689, inciso II do Código Civil Brasileiro, que os genitores, enquanto no exercício do poder

familiar, têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade.

Mas tal poder não é absoluto porque, nos termos do artigo 1.691, os atos dos genitores não podem ultrapassar a simples administração.

[...]

Este Tribunal vem entendendo que os valores ou bens pertencentes a menores não podem ser objeto de disposição, senão mediante estrita comprovação de que ocorrem no interesse do menor e mediante prévia autorização do juiz, conforme se extrai dos seguintes julgados:

EMENTA: AGRADO DE INSTRUMENTO - ALVARÁ LEVANTAMENTO DE QUANTIA DEVIDA A MENOR - PRESERVAÇÃO DE SEUS INTERESSES IMPRESCINDIBILIDADE DE RETIRADA DOS VALORES NÃO COM PROVADA.

Cabe aos genitores a administração do patrimônio dos filhos menores nos termos do que dispõe o art. 1.689 do Código Civil, motivo pelo qual, para o deferimento de levantamento de valores depositados em juízo, necessária a efetiva comprovação da imprescindibilidade do levantamento a fim de preservar os interesses da menor. (TJMG - Agravo de Instrumento - C v 1.0024.14.265059 - 7/001, Relator (a): Des. (a) José Augusto Lourenço dos Santos, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/07/2016, publicação da súmula em 12/07/2016)

[...]

Desta forma, não obstante os argumentos da Agravante, tenho que não há como ser reformada a decisão primeva, porquanto esta correta, vez que para expedição do alvará necessário a demonstração prévia da necessidade do numerário a ser levantado, a fim de preservar o melhor interesse da menor, o que não verifiquei no caso.

Como visto, o cerne da discussão posta nos autos reside em saber se a quantia destinada à menor, oriunda de transação feita entre as partes, em ação de indenização securitária, por força do passamento de seu genitor, pode, ou não, ser levantada por sua genitora, ora recorrente.

A insurgência merece prosperar.

O entendimento desta Corte firmou-se no sentido de que os pais são administradores e usufrutuários dos bens dos filhos menores e, salvo justo motivo, não é cabível a negativa de levantamento de valores devidos aos menores por seus representantes

legais e/ou genitores, porquanto um dos deveres inerentes ao poder familiar é preservar o patrimônio do incapaz, de modo a permitir a melhor gestão, com base nos arts. 1.634 e 1.689, I e II, do CC. Oportuno ressaltar que, quanto ao representante legal, a presunção é boa-fé.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO. RECEBIMENTO POR MENOR. VALOR. LEVANTAMENTO PELOS PAIS. CABIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que os pais são administradores e usufrutuários dos bens dos filhos menores e, salvo justo motivo, não é cabível a negativa de levantamento de valores devidos aos menores a título de indenização.

2. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1658645/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 24.10.2017).

"RECURSO ESPECIAL - SEGURO DE VIDA - BENEFICIÁRIO - MENOR IMPÚBERE - PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES PELA GENITORA, À BEM DA FILHA - INDEFERIMENTO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RECURSO DA AUTORA.

1. Não se conhece da tese de afronta ao art. 535, II do CPC formulada genericamente, sem indicação do ponto relevante ao julgamento da causa supostamente omitido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula n. 284/STF, ante a deficiência nas razões recursais.

2. Tese de violação aos artigos 1.753 e 1.691 do Código Civil. Conteúdo normativo de dispositivos que não foram alvo de discussão nas instâncias ordinárias. Ausência de prequestionamento a impedir a admissão do recurso especial. Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

3. Salvo justo motivo concretamente visualizado, a negativa de levantamento de valores depositados em juízo, a título de indenização securitária devida a beneficiária menor impúbere representada por sua genitora, ofende o disposto no art. 1.689, I e II, do CC/2002, sobretudo quando o objetivo da operação é propiciar a adequada gestão do patrimônio do incapaz e garantir-lhe condições de alimentação, educação e desenvolvimento, medidas com as quais se efetiva a prioridade absoluta constitucionalmente garantida à criança, ao adolescente e ao jovem (art. 227, caput, da CF/88).

4. O poder familiar inclui, dentre outras obrigações, o dever de

criação e educação dos filhos menores conforme dispõe, por exemplo, o artigo 1.634, I, do Código Civil, além das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. No caso dos autos, não há notícia acerca de eventual conflito de interesses entre a menor e sua genitora, nem mesmo discussão quanto à correção do exercício do poder familiar, daí porque inexistente motivo plausível ou justificado que imponha restrição a mãe, titular do poder familiar, de dispor dos valores recebidos por menor de idade.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido"

(REsp n. 1.131.594/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/4/2013, DJe 8/5/2013.)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. MORTE DE CÔNJUGE E PAI. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO. BLOQUEIO DA PARCELA DEVIDA AO MENOR EM CONTA POUPANÇA À DISPOSIÇÃO DO JUÍZO. DESCABIMENTO. (...) 2. Não há motivo justificado para que a parcela devida ao menor co-autor (com 17 anos) fique bloqueada em 'conta poupança' à disposição do Juízo, haja vista que, nos termos dos arts. 385 e 389 do Código Civil de 1916, os pais são administradores e usufrutuários dos bens dos filhos, havendo restrições apenas quanto a alienações e gravames reais dos bens imóveis (art. 360). 3. Recurso especial provido." (REsp n. 989.284/RJ, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 22/8/2011.)

"CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VALORES DEPOSITADOS PELA RÉ. LEVANTAMENTO. DETERMINAÇÃO DO JUÍZO SINGULAR PARA QUE AS PARTES ATINENTES AOS MENORES REMANESÇAM EM CADERNETA DE POUPANÇA ATÉ A MAIORIDADE. PÁTRIO PODER EXERCIDO PELA MÃE SEM RESTRIÇÕES. INEXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA PARTICULAR A RECOMENDAR A MEDIDA RESTRITIVA SUGERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. CC DE 1916, ART. 385.

I. Consoante dispunha o Código Civil anterior, em seu art. 385, na falta do pai, o pátrio poder era exercido pela mãe, de sorte que inexistindo restrições de ordem legal a tanto, como, no caso, tampouco se verificando situação excepcional a justificar cerceamento de tal direito, não há óbice a que a genitora levante os valores da indenização que cabem a cada um dos filhos menores, de família humilde, para aplicação em alimentação, instrução e educação visando ao seu futuro, o que constitui melhor

Superior Tribunal de Justiça

investimento social do que a mera manutenção do numerário por longos anos em caderneta de poupança até a maioridade, como ditado pelas instâncias ordinárias, aplicação que, a longo prazo, tem revelado perdas em relação à inflação real.

II. Recurso especial conhecido e provido"

(REsp n. 534.521/SP, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 3/11/2008.)

Na hipótese dos autos, não há notícia acerca de eventual conflito de interesses entre a menor e sua genitora, inexistindo, portanto, motivo plausível ou justificado que imponha restrição aos pais, de disporem dos valores recebidos pela menor de idade.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator